

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 313/2006. — O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), I. P., é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com a natureza de instituto público, sujeito à tutela e superintendência do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O IGFCSS tem por principal objectivo a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, os membros do conselho directivo são nomeados por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, sob proposta deste.

Atenta a natureza das suas atribuições, o IGFCSS obriga a que a liderança seja conduzida por individualidades com especiais aptidões para o efeito, designadamente em função das suas habilitações e experiência profissional.

Os licenciados Manuel Pedro da Cruz Baganha e António Henrique da Silva Cruz, para além dos requisitos gerais exigíveis para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que são nomeados.

Assim, sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 41-A/99, de 9 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 5/2005, de 5 de Janeiro, e conforme o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, na redacção que lhes foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P., o Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha.

2 — É nomeado vice-presidente do mesmo conselho directivo o licenciado António Henrique da Silva Cruz.

3 — O nomeado Manuel Pedro da Cruz Baganha é, para o efeito, requisitado à Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, sendo autorizado a exercer funções docentes.

4 — O nomeado António Henrique da Silva Cruz é, para o efeito, requisitado à Caixa Geral de Depósitos.

5 — A presente nomeação produz efeitos a 20 de Março de 2006.

22 de Março de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(síntese biográfica)

Manuel Pedro da Cruz Baganha, nascido a 25 de Junho de 1951, licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em Julho de 1973. Agregado em Gestão de Empresas na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em Março de 1997. *Ph. D.* em Ciências da Decisão, The Wharton School, University of Pennsylvania (Philadelphia) em Julho de 1987. Equivalência a doutoramento a Gestão de Empresas na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em Julho de 1989. MBA, parte escolar do mestrado em Gestão de Empresas na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em Julho 1981. Foi Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento em 2005, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças entre 2000 e 2001 e Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais entre 1999 e 2000. Foi coordenador da especialidade de Economia de Empresa da licenciatura em Economia da Universidade Nova de Lisboa entre 1993 e 1996. Desempenhou entre 1995 e 1996 as funções de director da licenciatura em Gestão da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (responsável pelo lançamento da licenciatura). Entre 1997 e 1999 foi vice-presidente do conselho científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e director do MBA da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa nos anos de 1998-1999 e 2004-2005. Foi professor auxiliar convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa entre 1987 e 1989 e *instructor* na The Wharton School, University of Pennsylvania, nos anos de 1984 e 1985. Foi assistente na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em 1981 e 1982, assistente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto entre 1975 e 1981 e assistente auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade do Porto entre 1973 e 1975.

Curriculum vitae

(síntese biográfica)

António Henrique da Silva Cruz, 36 anos, licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 1992 com pós-graduação em Análise Financeira pelo IESFF — Instituto de Estudos Económicos, Financeiros e Fiscais — Espaço Atlântico, Porto, entre 1994 e 1995. Desde 2000 que desempenha as funções de vice-presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social. Desempenhou em 1999 as funções de vice-presidente do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. Desempenhou ainda funções no Banco Nacional Ultramarino — Departamento Banca de Empresas, entre 1995 e 1998. Foi técnico na Bolsa de Derivados do Porto e formador no Instituto do Mercado de Capitais entre 1994 e 1998. Exerceu funções no Gabinete de Estudos, Publicações e Estudos Descritivos do Mercado de Valores Mobiliários e do Mercado de Capitais da Bolsa de Valores do Porto entre 1991 e 1994 e na CCRN-Projecto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos estudos de viabilidade económica de estruturas de gestão de recursos hídricos entre 1989 e 1991.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Regimento de Infantaria

Despacho n.º 7805/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida no n.º 11.2 do despacho n.º 04-E/2006, de 19 de Janeiro, do tenente-general comandante-geral, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 24 de Fevereiro de 2006, com o n.º 4423/2006 (2.ª série), subdelego no comandante da Companhia, interino, da Estrela, tenente de infantaria Reinaldo Saraiva Hermenegildo, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

- Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas, aquisição de serviços e bens até ao limite de € 25 000, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- Designar os júris dos concursos e as comissões de análise nos restantes procedimentos previstos, respectivamente, nos artigos 90.º e 136.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 108.º, para os processos de aquisição de bens e serviços de montantes superiores aos ora delegados, e proceder à audiência prévia e à elaboração do relatório final a que se referem os artigos 107.º e 109.º do mesmo diploma;
- Aprovar os autos de recepção de empreitadas de obras públicas ou fornecimento de equipamentos;
- Aprovar as minutas de contrato relativas à aquisição de serviços e bens até ao montante da sua competência delegada, representando o Estado na outorga desses contratos, e nomear, para o efeito, o oficial público;
- Autorizar a libertação de garantias bancárias ou depósito de garantia.

2 — A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

10 de Março de 2006. — O Comandante, *João Alexandre Pimentel Marques Silveira*, coronel de infantaria/GNR.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 7806/2006 (2.ª série). — O cargo de director de serviços do Gabinete de Planeamento, Informação e Relações Exteriores, cuja área de actuação se encontra definida no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a lei orgânica da Direcção-Geral de Viação), encontra-se vago desde 28 de Fevereiro de 2006, por cessação de funções do anterior titular.

Após análise curricular, verificou-se que a funcionária Maria Eduarda da Conceição Guerreiro de Mendonça Canteiro, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, de acordo com o resumo curricular anexo.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhes foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, a licenciada Maria Eduarda da Conceição Guerreiro de Mendonça Canteiro, assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça, para o cargo de director de serviços do Gabinete de Planeamento, Informação e Relações Exteriores.

A nomeação produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006, podendo a nomeada optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua categoria de origem, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

17 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

ANEXO

Curriculum vitae (síntese)

Nome — Maria Eduarda da Conceição Guerreiro de Mendonça Canteiro.

Data de nascimento — 12 de Fevereiro de 1950.

Habilitações literárias — licenciada em Ciências Político-Sociais, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com a média final de 14 valores.

Categoria de carreira — assessora principal do quadro do Instituto de Reinserção Social (Ministério da Justiça).

Situação actual — assessora principal na Direcção-Geral de Viação (requisitada).

Experiência profissional:

1) Carreira profissional:

Técnica contratada a título eventual, de 19 de Setembro de 1974 a 15 de Junho de 1976, inclusive, no Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais;

Nomeada técnica de 2.ª classe do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral em 16 de Junho de 1976;

Nomeada técnica de 1.ª classe do quadro do STAPE em 30 de Dezembro de 1980;

Nomeada interinamente técnica superior principal do quadro do STAPE em 31 de Julho de 1985;

Nomeada técnica superior principal do quadro do STAPE em 7 de Novembro de 1988;

Nomeada técnica superior principal da carreira de sociólogo em 16 de Fevereiro de 1989;

Nomeada assessora da carreira de sociólogo em 16 de Outubro de 1990;

Nomeada chefe da Divisão de Apoio Jurídico do STAPE em 1 de Abril de 1992, tendo a respectiva comissão de serviço cessado, a seu pedido, em 15 de Setembro de 2000;

Nomeada assessora principal da carreira de socióloga em 7 de Dezembro de 1993;

Em 15 de Setembro de 2000, requisitada para o Instituto de Reinserção Social, tendo integrado o quadro do referido Instituto em Julho de 2003;

Nomeada coordenadora da equipa técnica do Centro Educativo Navarro de Paiva, unidade orgânica do Instituto de Reinserção Social, em 15 de Abril de 2001;

Desde 1 de Outubro de 2004, requisitada na Direcção-Geral de Viação, exercendo funções na Divisão de Condutores;

- 2) Como formadora — monitoria de acções de formação promovidas pelo STAPE e pelo CEFA nas áreas de recenseamento eleitoral e apoio à realização de actos eleitorais;
- 3) Vários artigos publicados na revista *Eleições*.

Formação profissional — de entre várias acções de formação frequentadas, salientam-se:

- «Seminário de alta direcção», INA, Setembro de 2005;
- «Curso de preparação pedagógica de formadores», INA;
- «Do procedimento administrativo ao contencioso», DGV, 2005;
- «Concepção e gestão da formação», INA;
- «Análise transaccional nas organizações», DGAP.

Despacho n.º 7807/2006 (2.ª série). — Designo minha secretária pessoal a assistente administrativa Estela de Jesus Pereirinha Francisco Chambelo Ferro, funcionária do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, com efeitos a partir de 26 de Janeiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Aviso n.º 4231/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º e para efeitos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade reportada a 31 de Dezembro de 2005 do pessoal com funções policiais referente às categorias de chefe e subchefe se encontra publicada em anexo à *Ordem de Serviço*, n.º 39, II parte, de 2 de Março de 2006, e já distribuídas a todos os comandos, estabelecimentos de ensino e unidades especiais.

20 de Março de 2006. — Pelo Director, *João Eduardo G. Afonso*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 314/2006. — O Decreto-Lei n.º 331/88, de 27 de Setembro, permite que aos titulares dos cargos de director-geral ou a este expressamente equiparados que, à data de nomeação, não tenham residência permanente no local em que estejam sedeados os respectivos serviços ou numa área circundante de 100 km seja concedida habitação por conta do Estado ou atribuído um subsídio de residência.

De acordo com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 68/87, de 31 de Dezembro, o director do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações (GEPI) é equiparado para todos os efeitos a director-geral.

O director do GEPI, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, encontra-se indubitavelmente na situação de facto subsumível naquele normativo.

Assim, verificados os requisitos legais, é-lhe concedido um subsídio mensal de residência de quantitativo correspondente a 50% do valor da ajuda de custo diária que competir a funcionários com vencimento superior ao índice 405x30 dias desde a data da sua tomada de posse e enquanto permanecer no exercício daquelas funções.

1 de Março de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Subsecretário de Estado da Administração Interna, *Fernando António Portela Rocha de Andrade*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

Listagem n.º 99/2006. — *Subsídios concedidos pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas de Julho a Dezembro de 2005 — artigo 1.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto:*

Beneficiários	Projecto	Data de autorização	Entidade decisória	Valor
Amandine da Rocha	Bolsas de estudos	3-6-2005	Director-geral	1 525
Andreia Manuela Pinto Coelho da Costa	Bolsas de estudo	5-5-2005	Director-geral	785,60
Andreia Manuela Pinto Coelho da Costa	Bolsas de estudo	5-5-2005	Director-geral	785,60
Associação Cap. Magellan	Actividades 2005	12-7-2005	Director-geral	2 000
Associação Centro Cultural Português de Bourg-la-Reine	Comemorações Dia de Portugal — França.	30-5-2005	Subdirectora-geral	500
Associação Círculo de Poetas Lusófonos de Paris	Antologia de poemas de 20 autores.	16-9-2005	Conselho administrativo.	2 000
Associação Cultura Popular Portugal	Comemorações Dia de Portugal — França.	25-5-2005	Subdirectora-geral	500